



Senado inicia hoje sessão que decide se Dilma será julgada

Gerardo Magela/Agência Senado — 4/8/2016



Os presidentes do STF, Ricardo Lewandowski, do Senado, Renan Calheiros, e da Comissão do Impeachment, Raimundo Lira, em reunião na semana passada

Até as 21h de ontem, 44 senadores haviam se inscrito para falar na sessão, que começará hoje e deverá terminar amanhã cedo

Na abertura da sessão, hoje de manhã, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, esclarecerá dúvidas dos senadores sobre o rito. Depois falará o relator do processo de impeachment, Antonio Anastasia, que pede que a presidente Dilma Rousseff seja julgada por crime de responsabilidade. Em seguida, os parlamentares inscritos terão a palavra. Por fim, argumentarão a acusação e a defesa. As considerações avançarão pela madrugada e a votação ocorrerá amanhã. Se o relatório de Anastasia for aprovado, Dilma será julgada no fim do mês. Se for rejeitado, ela voltará para a Presidência. **3**

Projeto criminaliza a exploração de trabalho infantil **6**

Pesquisa mostra maior confiança na economia do país **2**

Juristas avaliam anteprojeto sobre desburocratização **8**

Bancadas apresentam destaques à LDO **2**

Audiência pública discute redução da maioria penal **6**

Comissão analisa relatório de MP do cadastro rural **8**

Nesta edição, segue encartado o Monitor Fiscal

especial **Cidadania**

Lei Maria da Penha faz 10 anos com avanços e desafios

A violência contra a mulher deixou de ser vista como uma questão de foro íntimo para ser encarada como um problema de direitos humanos. Qualquer pessoa pode denunciar e, com apoio institucional, ficou mais fácil buscar um futuro melhor. No entanto, o sistema de proteção precisa crescer em tamanho e eficácia, segundo especialistas, pois os níveis de violência doméstica ainda são alarmantes no Brasil.

A cearense Maria da Penha, que deu nome à lei após ficar paraplégica devido a duas tentativas de assassinato praticadas pelo ex-marido, disse ao **Jornal do Senado** que está feliz com os resultados obtidos nestes dez anos. Mas sente falta de um compromisso maior dos gestores públicos para a criação de políticas que façam a lei sair do papel. Ela hoje preside um instituto que se dedica à defesa das mulheres. **4 e 5**



Maria da Penha dá entrevista ao **Jornal do Senado** sobre os 10 anos da lei



Paim (C) preside audiência sobre seguro pago em períodos de proibição da pesca

Pescadores pedem seguro-defeso retroativo a meses de suspensão

Na Comissão de Direitos Humanos, ontem, pescadores artesanais reivindicaram o pagamento retroativo do benefício, suspenso pelo governo entre outubro do ano passado e março, para fazer recadastramento. **8**



Debatedores querem a desvinculação da empresa da Presidência da República

Especialistas defendem EBC e pedem autonomia para a empresa

Em seminário no Conselho de Comunicação Social, participantes defenderam melhorias e independência para a Empresa Brasil de Comunicação. Para eles, a EBC precisa ser aperfeiçoada, mas não por medida provisória. **7**

DataSenado: confiança em economia melhor aumentou

Pesquisa feita entre 21 de junho e 1º de julho, com 1,1 mil pessoas, mostrou que maior problema do país, para entrevistados, é corrupção. Saúde, segurança, emprego e custo de vida são outras preocupações

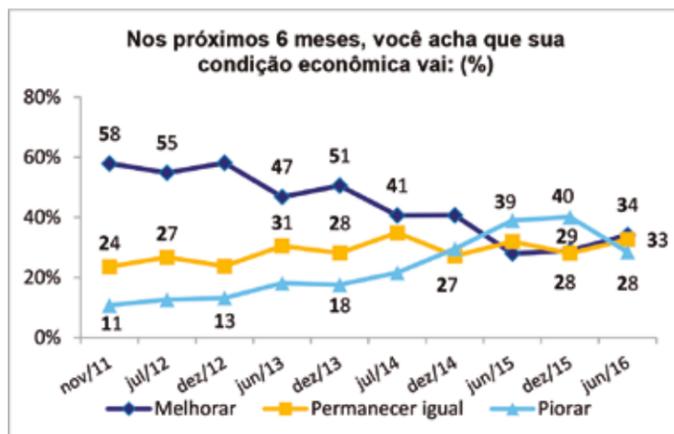
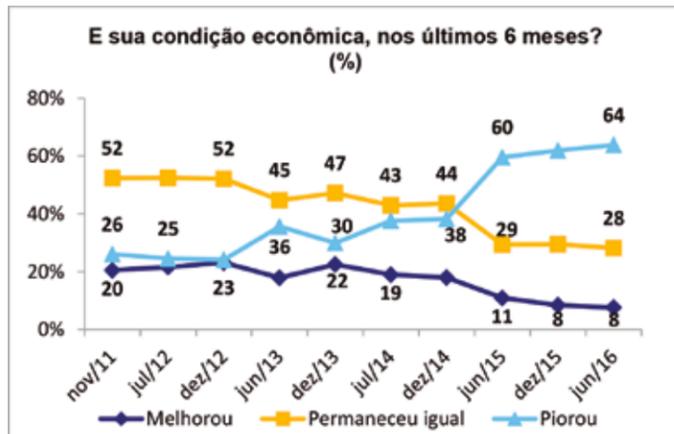
MAIS OTIMISTA COM o futuro da economia, o brasileiro continua apontando a corrupção como o maior problema do país. Empatadas, saúde e segurança pública aparecem como segunda preocupação nacional, seguidas por emprego e custo de vida, que estão em terceiro e quarto lugar na escala das dificuldades da população. É o que revela pesquisa nacional do Instituto DataSenado, realizada em junho, quando 34% dos entrevistados disseram confiar que sua condição econômica vai melhorar nos próximos seis meses. Em dezembro do ano passado, 29% tinham essa expectativa.

Papel da sociedade

A pesquisa registrou que 81% dos brasileiros acreditam que a participação da sociedade influencia as decisões políticas; 66%, 49% e 45% julgam, respectivamente, que as manifestações de rua, debates sobre política na internet e as greves são importantes para a democracia. Dos entrevistados, 69% declaram não ter participado de manifestações de rua nos últimos meses.

Entre os que afirmaram participar de discussões sobre política na internet, 14% disseram fazer isso "sempre" e 37% só "às vezes". E 74% dos pesquisados disseram não ter proximidade com nenhum dos 35 partidos políticos brasileiros.

No entanto, 47% dos entrevistados disseram acompanhar o noticiário político mais de cinco dias por semana e 39% responderam



que têm "interesse médio" por política. A atuação do Senado no processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff foi avaliada como ótima por 36%. Houve empate em 31% nas avaliações de regular e de ruim ou péssima.

Posição partidária

Na décima pesquisa da série histórica, que começou em 2011, o Instituto DataSenado incluiu pergunta sobre a posição política dos entrevistados. Majoritariamente, os brasileiros informaram ter identificação com partidos de centro e de direita, respectivamente 41% e 32%. E 20%

apontaram a esquerda como opção política.

A série histórica compreende pesquisas semestrais sobre a atuação do Congresso e do Senado e também sobre questões sociais e políticas do cenário nacional. Os pesquisados também registraram que, nos últimos seis meses, pioraram tanto a sensação de bem estar quanto a da própria condição econômica.

Entre os dias 21 de junho e 1º de julho, foram ouvidos 1,1 mil brasileiros, maiores de 16 anos, do Distrito Federal e de todos os estados.

Baixe a enquete na íntegra: <http://bit.ly/datasenadoeconomia>

Governo vai retomar obras inacabadas, informa Rose de Freitas

A líder do governo no Congresso, Rose de Freitas (PMDB-ES), registrou reunião com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. É prioridade do governo interino dar andamento a 1,5 mil obras paralisadas no país, relatou Rose.

Ela destacou a importância do Congresso para a governabilidade, pois passam pela Câmara e pelo Senado projetos importantes que mexem com a vida das pessoas e são imprescindíveis para a retomada do crescimento. É preciso votá-los, conclamou a senadora.



Mareia Moura/Agência Senado

Propostas de Agripino destinam recursos para combate à violência

José Agripino (DEM-RN) anunciou a apresentação de dois projetos com objetivo de aumentar os recursos para combate à violência. Ele elaborou-os após os atentados criminosos no Rio Grande do Norte.

O primeiro destina aos municípios 70% dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas para prevenção, tratamento e reinserção. O outro concede verbas do Fundo Penitenciário Nacional a estados em situação de calamidade ou de emergência devido a deficiências no sistema prisional.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Atraso de voos nas Olimpíadas não chega a 5%, diz Wellington

Presidente da Frente Parlamentar de Infraestrutura, Wellington Fagundes (PR-MT) visitou ontem, com o ministro dos Transportes, o Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea para as Olimpíadas. Disse que, com movimento de 2,8 milhões de pessoas, das quais 595 mil para o Rio, o atraso nos voos não alcançou 5%.

Wellington cobrou do governo a conclusão do Aeroporto Marechal Rondon, em Cuiabá, "que se arrasta há quase 15 anos" e deveria ter sido entregue em 2014 para a Copa.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Congresso vai votar vetos e projeto da LDO com destaques de bancadas

A sessão do Congresso está convocada para as 14h de amanhã. A pauta inclui vetos presidenciais e projetos de lei do Congresso, como o da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017. Vários destaques foram apresentados à LDO (PLN 2/2016) e devem ser votados de forma separada.

A bancada do PT da Câmara apresentou destaque para discutir a definição da meta fiscal. O relatório de Wellington Fagundes (PR-MT), aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO), estipula que os gastos primários da União no próximo ano não devem ultrapassar os de 2016

(incluindo os restos a pagar), corrigidos pela inflação oficial. Outro destaque do PT questiona a indexação dos gastos primários ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

As bancadas do PP, PTB e Solidariedade destacaram a inclusão do Sistema S no Orçamento. O PDT e o PSDB apresentaram destaques para votar em separado duas emendas que tratam do bloqueio de despesas das áreas de ciência e de tecnologia.

O texto que vai a Plenário impede incluir na receita recursos de tributos ainda pendentes de discussão no Congresso, como a CPMF.

Fátima: papel de Lula e Dilma nas Olimpíadas deve ser reconhecido

Fátima Bezerra (PT-RN) destacou a qualidade da cerimônia de abertura das Olimpíadas. A senadora também disse que é preciso reconhecer que coube aos governos de Lula e Dilma Rousseff conseguir realizar as primeiras Olimpíadas na América do Sul e no Brasil.

— Se coube a Lula a defesa e o papel decisivo para que o Brasil fosse escolhido, coube à presidenta Dilma e a sua equipe de governo o mérito de trabalhar para organizar e viabilizar as Olimpíadas na Cidade Maravilhosa, o Rio.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Medeiros elogia artigo do poeta Ferreira Gullar com críticas ao PT

José Medeiros (PSD-MT) elogiou artigo do poeta Ferreira Gullar, publicado na *Folha de S.Paulo*, no qual o escritor diz "ser próprio de governos populistas a difusão da ideia de que a oposição odeia pobres".

O senador afirmou que o próprio PT prejudicou os mais pobres em suas gestões.

— O que quer se fazer é uma cortina de fumaça para encobrir que, por exemplo, no ano passado, 87% dos programas foram reduzidos. E foram reduzidos por quê? Porque não tinha dinheiro para atender toda a demanda.



Waldemir Borreto/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Impeachment

9h Votação do parecer da Comissão Especial do Impeachment que recomenda o julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff por crime de responsabilidade.

PRESIDÊNCIA Impeachment

9h Renan Calheiros abre sessão plenária para votação de parecer sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

MP 724/2016 Cadastro rural

14h A comissão mista analisa relatório à medida provisória, que prorroga o prazo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural.

MP 725/2016 Agronegócio

14h30 Análise do parecer à MP, que possibilita a emissão de certificados do agronegócio indexados em moeda estrangeira.

MP 726/2016 Reforma administrativa

15h Reunião da comissão mista responsável pela medida provisória, que trata da reforma administrativa do Executivo federal.

MP 728/2016 Ministério da Cultura

15h30 Reunião da comissão mista da medida provisória, que recria o Ministério da Cultura e cria secretarias nas áreas de Deficiência e Patrimônio.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Sessão do impeachment avançará pela madrugada

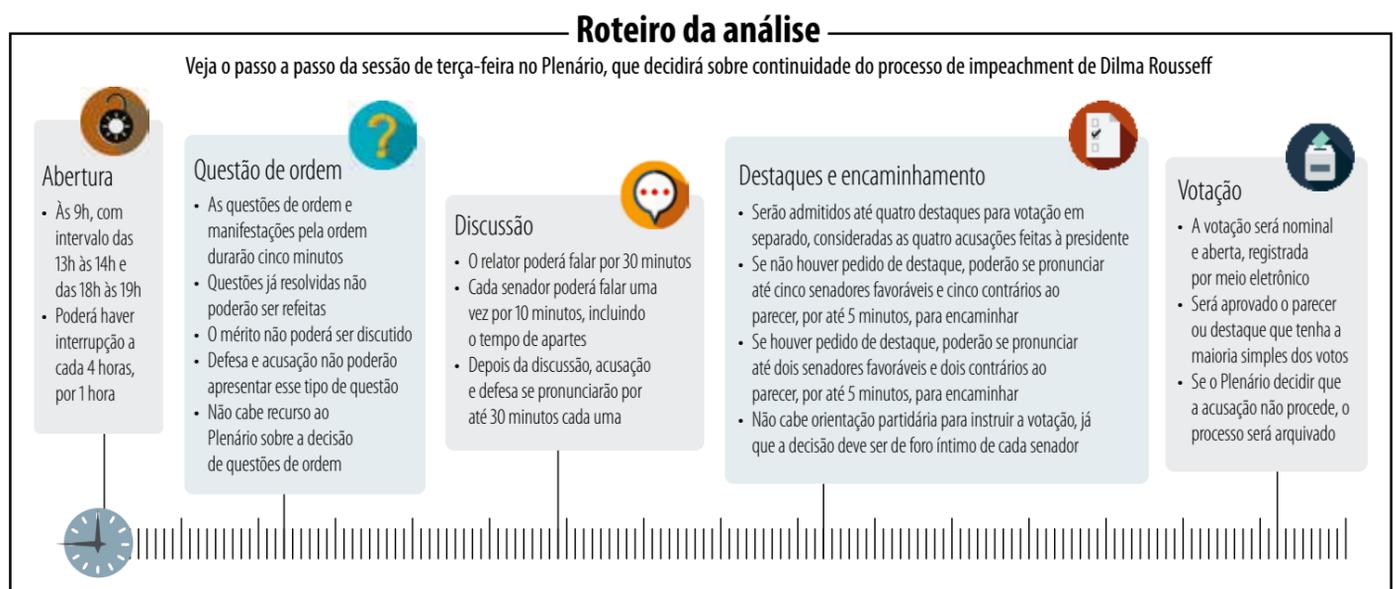
Cada senador inscrito poderá falar hoje por até 10 minutos sobre o relatório que pede que Dilma Rousseff seja levada a julgamento por crime de responsabilidade

COMEÇA HOJE, ÀS 9h, a sessão em que o Plenário do Senado decidirá se existem indícios suficientes para que a presidente afastada Dilma Rousseff se torne ré e seja julgada, também pelo Plenário, por crime de responsabilidade. A expectativa é que a sessão dure o dia todo e termine apenas amanhã de madrugada ou de manhã.

A sessão será longa principalmente por causa da extensa lista de senadores que falarão sobre o processo. Até as 21h de ontem, 44 parlamentares haviam se inscrito para fazer uso da palavra na tribuna do Plenário. Outros poderão se inscrever ainda hoje. Cada um poderá falar por até dez minutos. A cada quatro horas haverá um intervalo de uma hora.

A abertura da sessão ficará a cargo do presidente do Senado, Renan Calheiros, que logo em seguida passará o comando para o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski.

No início da sessão, Lewandowski ouvirá as questões de ordem (dúvidas quanto ao rito) que deverão ser apresentadas



pelos senadores e decidirá sobre elas. Em seguida, será a vez de o relator do processo, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), apresentar um resumo de seu relatório — o mesmo que foi aprovado na semana passada pela Comissão Especial do Impeachment. Depois disso, virá a fase em que cada senador poderá falar.

No final, exporão seus argumentos os autores da denúncia contra Dilma, os juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e

Janaina Paschoal; e o advogado de defesa da presidente afastada, José Eduardo Cardozo. Os senadores, então, votarão.

Para que ocorra a votação — os votos serão públicos e registrados no painel eletrônico —, será necessária a presença de pelo menos 41 senadores. A decisão será tomada pela maioria dos presentes.

Dilma Rousseff é acusada de crime de responsabilidade por ter assinado quatro decretos que ampliaram gastos no Or-

çamento sem a autorização do Congresso e por ter demorado para reembolsar o Banco do Brasil pelos empréstimos do Plano Safra a agricultores (as chamadas pedaladas fiscais).

A atual etapa do processo de impeachment é a da pronúncia. Se os senadores decidirem que não há indícios de crime de responsabilidade, o processo será arquivado e Dilma retornará à Presidência da República. Se eles entenderem que há indícios, virá a etapa do julgamento

do mérito. Estima-se que, sendo esse o caso, o julgamento final começará no final do mês. Com Dilma na condição de ré, haverá novos prazos para a acusação e a defesa se manifestarem. A decisão do Plenário se dará por pelo menos dois terços do Senado (54 dos 81 senadores). A presidente ou será absolvida, retomando a Presidência, ou será condenada, perdendo o mandato definitivamente e os direitos políticos por oito anos.

(Com a Agência Brasil)



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Lindbergh, processo deveria ser suspenso

A menção ao presidente interino Michel Temer na delação da Odebrecht no âmbito da Operação Lava Jato deveria levar o Senado a suspender o processo de impeachment de Dilma Rousseff, disse Lindbergh Farias (PT-RJ). Temer (citado pela segunda vez na Lava Jato, lembrou o senador) seria acusado de negociar com Marcelo Odebrecht no Palácio do Jaburu, com a presença de Eliseu Padilha, hoje ministro da Casa Civil.

— E daí saíram R\$ 10 milhões em caixa dois. Mais grave, R\$ 10 milhões em dinheiro vivo: R\$ 6 milhões para campanha do [Paulo] Skaf e R\$ 4 milhões entregues a Eliseu Padilha. Essas denúncias são gravíssimas — disse Lindbergh, lembrando que o ministro das Relações Exteriores, José Serra, também teria sido acusado por Odebrecht.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Humberto cobra investigação contra Temer

A investigação, pelo Ministério Público, das denúncias contra o presidente interino Michel Temer e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e José Serra (Relações Exteriores) foi cobrada por Humberto Costa (PT-PE). Eles teriam sido citados na delação premiada de Marcelo Odebrecht como beneficiários de doações da empreiteira para campanha política.

O senador disse também que, se for provado o possível envolvimento de Temer na negociação, esse fato pode ser considerado muito mais grave do que as acusações contra Dilma Rousseff.

— É um contrassenso.

Humberto informou que o PT pedirá a Ricardo Lewandowski a suspensão da sessão plenária de pronúncia no processo de impeachment da presidente afastada.



Vanessa Grazziotin/Agência Senado

Vanessa cita parecer do Ministério Público

Não havia dívida entre a União e o Banco do Brasil para que a edição de decretos de suplementação orçamentária pudesse ser considerada uma operação de crédito, afirmou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A senadora disse que a conclusão está em parecer do Ministério Público Federal sobre a chamada pedalada fiscal, da qual Dilma Rousseff é acusada.

— Portanto, não houve crime de responsabilidade e o mandato da presidenta não pode ser retirado — disse.

Vanessa afirmou que hoje é “um dia triste para a nossa democracia”.

— Porque o que está sendo atingido no país não é só uma presidenta que está sendo afastada. O que está sendo atingido é a própria democracia brasileira, é o Estado de direito — considerou.

Malta minimiza vaia a presidente durante Jogos

Magno Malta (PR-ES) elogiou a abertura dos Jogos Olímpicos e disse que “a vaia dada ao presidente interino Michel Temer foi inexpressiva diante da grandeza do espetáculo e de outras vaias já tomadas por presidentes da República”.

O senador se referiu às vaias recebidas por Lula, no Maracanã, nos Jogos Pan-Americanos, em 2007, e por Dilma Rousseff, na Copa do Mundo de 2014.

— O que esperar em um momento como este, com a titular afastada e um grupo de militantes sustentados ao longo de 13 anos com dinheiro público? Eles estavam preparados para vaiar, mas Temer só apareceu para dizer: “Estão abertos os jogos”. Quando eles perceberam a voz dele, começaram um pouco de vaia e o resto do povo aplaudiu — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Paulo Paim/Agência Senado

Paim anuncia novos debates sobre reformas

Paulo Paim (PT-RS) anunciou em Plenário as próximas cidades gaúchas onde promoverá debates sobre a reforma da Previdência e as modificações na legislação trabalhista. No dia 19, o encontro será em Sapi-ranga. Depois será a vez de Caxias do Sul, Pelotas, Santa Rosa e Alegrete.

Ele relatou debate realizado em Santa Maria, onde também foi discutida a situação dos servidores públicos do Rio Grande do Sul, que estão recebendo salários de forma parcelada. Ao final do encontro, os participantes aprovaram a *Carta de Santa Maria*, com críticas à medida provisória que restringe a aposentadoria por invalidez, o auxílio doença e outros itens da reforma da Previdência.

— Os trabalhadores e as trabalhadoras contestam essa ideia de idade mínima de 65 até 70 anos. Também contestam o ataque à CLT [Consolidação das Leis do Trabalho], porque se você aprova o negociado sobre o legislado, a lei não vale mais — advertiu.

Lei Maria da Penha ainda busca um país menos violento

Legislação que procura proteger as mulheres contra a violência doméstica e de gênero completa dez anos de avanços, mas continua esbarrando na falta de estrutura para garantir assistência integral às vítimas

Gorette Brandão

O BRASIL COMEMORA neste mês os dez anos da Lei Maria da Penha, criada para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A norma moldou um conjunto de soluções que ajudam as mulheres a reconhecer a situação de violência, denunciar e exigir a punição do agressor. Mas ainda falta muito para que a realidade fique à altura da lei (*leia texto abaixo*).

Uma das mudanças que a legislação buscou promover foi a mentalidade, ainda não totalmente superada, de que a violência dentro de casa só diz respeito ao casal ou à família. Sancionada em 7 de agosto de 2006, a Lei 11.340 teve o mérito de trazer a questão para a esfera pública.

Por medo ou vergonha, muitas mulheres ainda se calam frente às ameaças e agressões vindas de quem muitas vezes ocupa lugar especial em sua vida afetiva. Agora, com apoio institucional, ficou mais fácil romper com a opressão e construir um futuro diferente. Além disso, qualquer pessoa pode denunciar.

A partir da lei, como destaca a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a violência contra a mulher ganhou status diferenciado, com tratamento que se espera para uma real questão de direitos humanos. Para ela, que comanda a Procuradoria da Mulher do Senado, o quadro anterior era de negligência.

— A Lei Maria da Penha ajudou a retirar a violência doméstica, uma violência de gênero, da situação de invisibilidade. A questão passou a ser uma prioridade de Estado — avalia.

Abrijo

O texto define o que são condutas de violência doméstica. O conceito engloba as agressões físicas, que deixam marcas no corpo, mas também a violência psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Não se prende aos vínculos estritamente familiares, alcançando todo tipo de relacionamento íntimo e pessoal, até mesmo quando os laços já se encontram rompidos. Assim, deixa claro que as punições podem alcançar ex-maridos, namorados ou mesmo amigos

e vizinhos, sempre que houver motivação de gênero.

A lei ainda tornou mais rigorosa a punição por lesão corporal na violência doméstica. Nesse caso, a pena máxima foi ampliada de um para até três anos de prisão, sem permitir ao agressor o benefício das penas pecuniárias ou medidas alternativas, como prestação de serviços comunitários. Com recente inovação no texto, foi tipificado o feminicídio, o assassinato de mulher por motivação de gênero, um crime hediondo.

O Estado também se viu obrigado a adotar um conjunto de políticas de proteção. A começar pela previsão de aparato de amparo judicial e de segurança, incluindo juizados e delegacias especializadas em violência doméstica, além de núcleos específicos nas defensorias e promotorias públicas.

As mulheres que se encorajam a denunciar os agressores contam ainda com medidas que podem minimizar os riscos de retaliações e novas ameaças. O juiz pode retirar do acusado o direito ao porte de arma, obrigá-lo a deixar a casa e determinar



Persistência das agressões e assassinatos e reduzido tamanho da rede de apoio às vítimas ainda preocupam defensores da lei

que se mantenha à distância da vítima. Se necessário, pode determinar a prisão preventiva do agressor.

Se há risco de vida iminente, a vítima poderá ser encaminhada para casas-abrigo, locais que oferecem moradia protegida e atendimento integral às mulheres, acompanhada ou não dos filhos.

— No caso da Lei Maria da Penha, tivemos oportunidade de perceber um fenômeno incomum: o Direito antecipar-se à evolução de uma sociedade ainda machista, sendo, por isso, um importante veículo de transformação social — constata Mila Dumaresque, consultora legislativa do Senado.

Banalização

Mesmo com a vigência da lei, os níveis de violência doméstica ainda são alarmantes no país. Em 2014, o serviço Disque 180 realizou perto de 490 mil aten-

dimentos. Quase 53 mil foram relatos de violência contra a mulher. Em mais de 80% dos casos, as agressões haviam sido cometidas por homens com quem as vítimas têm ou tiveram algum vínculo afetivo.

O Mapa da Violência de 2015 fornece os dados mais atuais sobre os homicídios, o extremo da violência intrafamiliar. Entre 1980 e 2013, foram registrados 106.093 assassinatos de mulheres no país. Somente em 2013, último ano com dados disponíveis, foram 4.762 vítimas, uma média de 13 por dia.

Não há dados específicos, mas a equipe responsável pelo estudo estima que 50,3% do total dos homicídios ocorridos em 2013 foram cometidos por um familiar direto da vítima. Ou seja, 2.394 casos, ou aproximadamente 7 por dia.

Parceiros e ex-parceiros são identificados como responsáveis, isoladamente, pela maior

parcela desses crimes: 1.583 registros, o que representa 33,2% do total dos feminicídios.

Impunidade

A banalização das experiências de violência contra a mulher sempre favoreceu a impunidade, mesmo quando as agressões se movimentavam para denunciar o caso e levar adiante um processo. O comum era os episódios serem jogados na vala comum dos casos de menor potencial ofensivo, como destaca a pesquisadora Gláucia Ribeiro Starling Diniz.

Nas audiências de conciliação, não raro as mulheres eram dissuadidas da busca por solução judicial. Se o processo era instaurado, o destino era ser arrastar anos a fio, preso às malhas do sistema judiciário. Foi o caso da farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, a quem a lei deve seu nome. Alvo de duas tentativas de assassinato

A norma em 10 pontos

- 1 O que é violência doméstica e familiar contra a mulher?** Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.
- 2 Há um perfil dos agressores?** O maior número de casos de violência doméstica e familiar é cometido por maridos, companheiros e namorados. Ocorrem em todas as classes sociais, por motivos diversos.
- 3 Qual o lugar dos atos de violência?** A violência pode ocorrer no local de residência da vítima ou qualquer outro lugar, pois o determinante é que exista alguma forma de vínculo entre ela e o agressor, seja familiar ou de afeto.
- 4 A lei pode também incriminar mulheres?** A lei não exclui do seu alcance práticas de violência em relações homoafetivas entre mulheres.
- 5 O que uma mulher deve fazer se for vítima de uma agressão?** Procurar uma Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam). Se não houver na cidade, a vítima pode se dirigir a qualquer delegacia.
- 6 É possível buscar ajuda também pelo Ligue 180?** Sim. O serviço de chamada gratuita funciona 24 horas. Fornece orientações e, desde 2014, também funciona como disque-denúncia.
- 7 Como funciona a rede de proteção?** É operada por estados e prefeituras, com apoio do governo federal. Unidades de acolhimento articulam assistência social, psicologia e orientação jurídica. Há também as casas-abrigo para mulher sob risco de morte, acompanhada ou não dos filhos. A permanência pode variar de 90 a 180 dias, fase em que ela pode receber capacitação profissional.
- 8 O que pode acontecer com o agressor?** Pode ter a prisão preventiva decretada por juiz. Entre outras medidas, pode perder o direito ao porte de arma, ser afastado do lar ou do local de convivência com a vítima, além de ficar impedido de se aproximar ou manter qualquer tipo de contato com ela.
- 9 Qual a pena a ser aplicada ao agressor quando houver condenação?** Para o crime de lesão corporal doméstico-familiar, é de três meses a três anos de detenção. Não há possibilidade de converter a pena em medidas alternativas, como pagamento de custas básicas. No caso de assassinato qualificado, o autor será enquadrado no crime de feminicídio, no rol dos crimes hediondos.
- 10 A mulher vítima de violência que não tiver condição de pagar advogado poderá ir sozinha à polícia e à Justiça?** Pode, mas é preferível que esteja acompanhada por defensor público ou advogado. Na parte processual, deverá estar acompanhada de advogado, mas será garantido o acesso ao serviço da Defensoria Pública ou apoio de assistência judiciária quando for carente de recursos.

por parte do então marido, ela esperou quase 20 anos para vê-lo preso.

Na busca por justiça, Maria da Penha protocolou uma denúncia contra o Estado brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. No relatório, de 2001, a comissão reconheceu a responsabilidade do país pela violação dos direitos dela. Entre as recomendações, cobrou a criação de lei específica para o enfrentamento à violência doméstica.

Para a senadora Simone Tebet (PMDB-MS), que preside a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, hoje o

país despõe de legislação exemplar. Não à toa, lembra, a Lei Maria da Penha foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das três melhores do mundo no campo a que serve.

Simone reconhece, contudo, que é preciso fazer muito mais para que o país fique livre da mancha que a violência doméstica ainda projeta sobre a vida das brasileiras.

— É importante dizer que ainda há uma dívida a ser resgatada — diz, defendendo que o caminho é a aplicação eficaz dos mecanismos da lei festejada agora por seu primeiro decênio.

mulher, inclusive a doméstica — registra a senadora.

Observatório

Simone Tebet é autora do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 64/2015, que viabilizou na Casa a criação do Observatório da Mulher contra a Violência. O objetivo é suprir a falta de mecanismos para monitorar e avaliar programas, ações e serviços destinados a enfrentar o problema. Serão reunidas e sistematizadas estatísticas oficiais coletadas em todo o país.

O lançamento está marcado para o dia 17, como parte das celebrações pelos dez anos da Lei Maria da Penha. Nesse dia, também ocorrerá uma sessão comemorativa no Congresso, quando será lançado pelos Correios o Selo Maria da Penha. Para Simone Tebet, o Senado deve se tornar referência na consolidação de dados sobre

a violência contra a mulher. Nesse sentido, outra proposta da senadora (PRS 65/2015) atribui ao Instituto DataSenado o papel de auxiliar nas pesquisas e levantamentos sobre o tema. — Vamos reunir esses dados e entregar à sociedade o raio-x, o diagnóstico de cada problema e situação. Com isso, saberemos onde colocar mais recursos e melhorar a gestão, para que tenhamos resultados eficazes nas políticas. É preciso estancar esse mal e tirar o país do ranking dos dez países mais violentos contra a mulher — afirma.

O observatório também vai promover estudos e elaborar e coordenar projetos de pesquisa sobre políticas de prevenção e atendimento às vítimas, articulando esforços de estados, municípios e de órgãos do Judiciário. Um trabalho que, segundo Simone, depende mais de “vontade política que de dinheiro”.

A mulher que inspirou a nova legislação festeja “tempos novos e melhores”

Os dias têm sido corridos para a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, 71 anos, cearense que tem o nome associado à Lei 11.340.

Os dez anos da lei reavivaram o interesse por sua história. Em 1983, o então marido de Maria da Penha, Marco Antonio Herédia, atentou duas vezes contra a vida dela e a deixou paraplégica com um tiro de espingarda ao simular um assalto à casa. Ele só foi punido quase 20 anos depois. Condenado a oito anos de prisão, ficou apenas dois em regime fechado. Mas a luta de Maria da Penha, que levou o Estado brasileiro a ser responsabilizado por negligência e omissão perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, deu resultado. A lei é consequência direta desse processo. Hoje Maria da Penha está à frente do instituto que leva o seu nome e se dedica à defesa dos direitos das mulheres.

■ O Brasil está trilhando um caminho mais positivo?

Com certeza. Isso eu tenho constatado nas inúmeras viagens que tenho feito pelo Brasil. São muitas mulheres agradecidas por terem saído de uma situação de violência graças à Lei 11.340/2006.

■ O que falta para as mulheres se sentirem integralmente assistidas?

Um compromisso maior dos gestores públicos para criarem as políticas públicas que farão a lei sair do papel. Nas capitais, muitas das políticas públicas foram criadas (...). Mas, infelizmente, os pequenos e médios municípios ainda estão desassistidos.

■ Que recado daria para quem resiste à abordagem sobre a violência de gênero, especialmente nas escolas?

Um absurdo, porque é por

meio da educação que os meninos aprendem desde cedo que devem respeitar as suas colegas meninas.

■ O que você considera importante ser dito às mulheres que vivem situações de violência no cotidiano?

Essa mulher, se está sentido o aprofundamento da violência, procure ligar para o número 180, um telefone de chamadas gratuitas da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Através desse número, ela pode se orientar sobre onde encontrar um serviço público para ser atendida.

■ Como recebeu, lá atrás, a notícia de que seu nome seria atribuído à lei?

Fiquei muito feliz, porque minha luta foi muito grande para que meu agressor fosse punido.

■ Depois de tudo o que você viveu se considera feliz?

Claro, sou sim uma mulher feliz. E isso desde o momento em que a lei com meu nome foi sancionada. Desde então não parei mais de trabalhar para conscientizar as pessoas sobre a importância dessa lei na vida das mulheres e de suas crianças.

■ Como projeta o país daqui a mais cinco ou dez anos de vigência da lei?

Minhas filhas já são todas mães, trabalham, estudam. São cinco netos, incluindo três mulheres. Graças a Deus, vivem em tempos novos e melhores. Quanto ao Brasil, eu espero que não apenas o nosso instituto como todos os movimentos de mulheres consigam cada vez mais sensibilizar os gestores públicos para que a gente tenha um futuro definitivamente sem violência para nossas descendentes.

Violência em números

<p>DataSenado – 2015 (entrevistas com 1.102 mulheres em todos os estados)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Quase 100% sabem ou já ouviram falar da Lei Maria da Penha ▶ 43% afirmaram que as mulheres não são tratadas com respeito no Brasil ▶ 18% declararam já ter sofrido agressão por violência doméstica ▶ O agressor foi o próprio marido ou companheiro em 49% dos casos informados 	<p>Mapa da Violência 2015 – Brasil (dados coletados até 2013)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ De 2007 a 2013, a taxa de homicídios femininos passou de 3,9 para 4,8 por 100 mil mulheres ▶ A taxa é a quinta maior do mundo, entre 83 países 	<p>Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Em 2014, a central realizou 485.105 atendimentos (1.348/dia) ▶ 52.957 foram relatos de violência ▶ Em mais de 80% dos casos, a violência foi cometida por homens com quem as vítimas têm ou tiveram algum vínculo afetivo
---	--	---

Para especialistas, rede de proteção tem de crescer e se tornar mais eficaz

Os dez primeiros anos da Lei Maria da Penha não motivaram apenas celebrações. A persistência da violência contra a mulher e o reduzido tamanho da rede de serviços de proteção preocupam os defensores da norma.

Como a lei se tornou conhecida, mais mulheres procuram saídas para romper situações de violência. Uma evidência é o crescimento do número de brasileiras que acionam o serviço Ligue 180 para fazer denúncias. O volume de ocorrências cresceu de 12.664 em 2006 para 76.651 em 2015. Segundo a pesquisa *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*, feita pelo DataSenado no passado, quase 100% das entrevistadas revelaram saber da existência da Lei (*veja quadro acima*).

Para Marisa Sanematsu, diretora de Conteúdos do Instituto

Patrícia Galvão, esse dado por si só já representa um avanço.

— A lei veio para afirmar a mensagem de que a violência familiar contra a mulher não é algo natural, mas delito com punição severa. Esse sentimento ganha força a cada dia — afirma. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2006 a 2011, foram instaurados quase 700 mil processos nos estados com base na lei.

Insuficiências

Outro estudo, do Ipea, instituto do governo federal, indica que a Lei Maria da Penha foi responsável por um decréscimo de 10% na taxa de homicídios de mulheres por questões de gênero. A pesquisa utilizou série sobre mortes do SUS, isolando influências de outras questões que não as de gênero

e confrontando os homicídios de mulheres dentro de casa com aqueles que vitimaram homens.

— Mesmo não tendo havido recuo absoluto no número de mortes, o estudo permite afirmar que, não fosse a lei, a quantidade de feminicídios teria sido muito maior em todo esse período — destaca o promotor Thiago Pierobom, do Distrito Federal. No entanto, em números absolutos, as agressões e os assassinatos persistem e até aumentam em números absolutos. Tanto Thiago Pierobom quanto Marisa Sanematsu consideram que muito do problema se deve ao fato de a Lei Maria da Penha ainda não ser cumprida ao pé da letra. A rede de proteção é reduzida e falta integração entre os órgãos.

Em todo o país, só existem 497 delegacias especializadas e 235

centros especializados em atendimento à mulher em situação de violência, quase sempre nas capitais. Até 2015, haviam sido implantadas apenas 91 Varas de Justiça Especializada em causas de violência doméstica. Casas-abrigos são 72.

Há ainda o despreparo de servidores que atendem na área hospitalar e nas delegacias comuns, às quais a maioria das vítimas precisa recorrer. — O grande desafio da Lei Maria da Penha é exatamente concretizar esse conjunto de políticas — afirma Pierobom.

CPI

Por quase dois anos, até 2013, uma comissão parlamentar mista de inquérito investigou a violência contra a mulher, inclusive em relação ao cumprimento da Lei Maria da Penha.



Delegacias especializadas como esta em Salvador ainda são raras fora das capitais

Não se limitou a sugestões de aprimoramento legais, como a tipificação do feminicídio, iniciativa convertida em lei no ano passado. Dela também resultou a recomendação para a criação da Comissão Mista Permanente contra a Violência à Mulher, instalada em 2015 para marcar de perto a evolução das políticas públicas de combate

a todas as formas de violência contra a mulher.

A presidente é a senadora Simone Tebet. — Somos um dos únicos países do mundo a ter uma comissão permanente mista no Congresso trabalhando 24 horas à disposição da sociedade para o enfrentamento das questões de violência contra a



Lei Maria da Penha marcou o combate à violência contra a mulher

agênciasenado

Maria da Penha Fernandes

Vídeo sobre os dez anos da lei: <http://bit.ly/cidadaniamariadapenha>

Saiba mais

Conheça a Lei 11.340/2006
<http://bit.ly/Lei11340>

Acesse o Instituto Maria da Penha
www.mariadapenha.org.br

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Explorar trabalho infantil pode se tornar crime

Projeto em análise na CCJ prevê pena de 2 a 4 anos de reclusão. Atualmente, o Código Penal não tipifica como crime a exploração do trabalho de criança menor de 14 anos

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) pode votar amanhã projeto que tipifica o crime de exploração de trabalho infantil, não previsto atualmente no Código Penal.

De acordo com o PLS 237/2016, de Paulo Rocha (PT-PA), será considerado crime explorar, sob qualquer forma, ou contratar, ainda que indiretamente, o trabalho de menor de 14 anos.

O texto, no entanto, não classifica como uso de trabalho infantil o serviço realizado em âmbito familiar, como uma ajuda aos pais, desde que feito fora do horário escolar e de forma compatível com as condições físicas e psíquicas do menor.

Em emenda apresentada ao projeto, a relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), propõe que a punição para quem contratar trabalho infantil seja pena de reclusão de dois a quatro anos, mais multa. O autor previa pena mínima de um ano de reclusão.

A relatora também quer que esteja sujeito à mesma pena “aquele que permite o trabalho ilegal de criança e adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância”. Se o trabalho for noturno, perigoso, insalubre ou penoso, a pena passa a ser de dois a oito anos de prisão, mais multa, além da pena correspondente à violência.

Simone Tebet propõe ainda explicitar que não haverá crime em trabalho artístico infantil devidamente autorizado por autoridade competente, exceto quando for perigoso ou insalubre,



De acordo com pesquisa do IBGE, existem hoje, no Brasil, mais de 3 milhões de crianças de 5 a 13 anos trabalhando em diversos setores da economia

hipótese em que serão aplicadas as penas previstas no projeto.

A relatora lembrou que, segundo dados do IBGE, há cerca de 3,3 milhões de crianças menores de 14 anos trabalhando hoje em diversos setores da economia no Brasil. E, de acordo com dados do órgão, a tendência tem sido de crescimento da exploração do trabalho de crianças.

A criminalização do trabalho infantil é uma exigência da Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Traba-

lho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação, assinada pelo governo brasileiro e aprovada pelo Congresso Nacional em 1999.

O projeto será votado em decisão terminativa: se for aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação em Plenário.

Homicídio de idosos

A CCJ também pode votar o projeto que inclui o homicídio de idosos no rol dos crimes hediondos. De Elmano

Férrer (PTB-PI), o PLS 373/2015 propõe alterar o Código Penal e a lei que trata dos crimes hediondos.

O relator, José Maranhão (PMDB-PB), apresentou voto favorável. Em emenda, Maranhão propõe pena mais rigorosa se o crime for praticado por ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro do idoso, ou por pessoa com quem tenha convivido.

Caso aprovado, o PLS seguirá para a Câmara, se não houver recurso para que seja votado em Plenário.

Redução da maioria penal será debatida em audiência

A redução da maioria penal será discutida em audiência pública na quinta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Estarão em debate quatro propostas de emenda à Constituição que tratam do tema: PECs 74/2011, de Acir Gurgacz (PDT-RO); 33/2012, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-S); 21/2013, de Alvaro Dias (PV-PR); e 115/2015, do ex-deputado Benedito Domingos.

O debate foi proposto pelos senadores Telmário Mota (PDT-RR) e Jorge Viana (PT-AC). O relator das propostas na CCJ, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), apresentou substitutivo pela aprovação da PEC 33 e pela rejeição das demais.

O tema é polêmico e a Comissão de Constituição e Justiça rejeitou, dois anos atrás, proposta para penalização de menores de 18 anos e maiores de 16 anos pela prática de cri-

mes graves. O substitutivo em exame agora é semelhante ao derrubado pela CCJ em 2014, mas inova ao focar no detalhamento dos crimes graves envolvendo menores.

Além dos crimes listados na Lei dos Crimes Hediondos, a redução da maioria penal seria admitida na prática de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e reincidência em roubo qualificado.

Ferraço explica que a redução da maioria penal dependeria do cumprimento de requisitos, como ser proposta exclusivamente pelo Ministério Público e decidida apenas por instância judicial especializada em questões da infância e adolescência.

O presidente da CCJ, senador José Maranhão (PMDB-PB), comprometeu-se a colocar em votação as quatro propostas sobre o tema logo

após a realização da audiência pública.

Foram convidados para o debate, entre outros, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Sergio da Rocha; o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fábio Paes; o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, João Ricardo Costa; a presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Norma Cavalcanti; e o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, Carlos Eduardo Benito Jorge.



Textos que preveem penalização de menores de 18 anos estão na pauta da CCJ

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Extinção da EBC não solucionará conflitos, avaliam debatedores

Em seminário no Conselho de Comunicação, participantes defenderam melhorias e independência para a empresa pública e para a TV Brasil

A EXTINÇÃO DA Empresa Brasil de Comunicação (EBC) não é o caminho para solucionar conflitos sobre possíveis interferências de grupos políticos, defenderam convidados do seminário sobre a missão da EBC, promovido ontem pelo Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão consultivo do Congresso Nacional.

Eles também não concordam com a extinção da TV Brasil, rede de televisão pública brasileira pertencente à EBC. Apesar dos problemas, os debatedores acreditam que a experiência adquirida até aqui deve ser aproveitada e aprimorada, para garantir o papel do sistema público de comunicação, dar voz a minorias e divulgar a pluralidade brasileira.

— Acabar, fechar, transformar em agência governamental e ponto, com forte redução de estrutura e custos, não é a solução — opinou Eugênio Bucci, ex-presidente da EBC e professor da Universidade de São Paulo (USP).

O papel da empresa, e especialmente da TV Brasil, está em foco desde a posse do presidente interino, Michel Temer, que chegou a exonerar o jornalista Ricardo Melo do cargo de diretor-presidente da EBC, nomeando Laerte Rimoli para substituí-lo.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) garantiu a continuação, em caráter liminar, da gestão de Ricardo Melo, empossado dias antes do afastamento de Dilma Rousseff, em maio. Em meio à disputa pela direção da empresa, houve acusações, por



Akemi Nitahara, Eugênio Bucci, Miguel Ângelo Cançado, Evelin Maciel e Ronaldo Lemos querem mudança, mas não por MP

parte do governo interino, de direcionamento na cobertura jornalística, o que culminou na demissão de profissionais, comentaristas e âncoras considerados pró-Dilma.

Por causa disso, pairam ameaças de extinção, por medida provisória (MP), da EBC, da TV Brasil ou apenas do conselho curador da empresa, o qual dá os rumos da programação. O temor é de que a EBC volte a funcionar como a antiga Radiobras, com a divulgação apenas do conteúdo institucional do Executivo.

Aprimoramento

Todos os participantes do debate foram contra o fim da instituição pública criada em 2008, que cumpre um preceito constitucional — o de complementar os sistemas de comunicação comercial, estatal e público.

Os debatedores cobraram o aprimoramento da empresa.

— Queremos discutir, não queremos uma mudança impositiva, por MP, uma coisa autoritária. Mas queremos debater porque tem coisas para melhorar, sim — disse Akemi Nitahara, representante dos funcionários no Conselho Curador da EBC.

Como sugestão para dar mais independência à EBC,

Evelin Maciel, vice-presidente do Conselho Curador, propôs a alteração do financiamento, hoje feito com recursos do Orçamento da União. Ela defendeu a regularidade de repasses da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, originária do Fundo de Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações (Fistel), hoje retida devido a uma briga jurídica que entrava o recebimento de mais de R\$ 2 bilhões.

— A contribuição daria autonomia financeira para a empresa e, conseqüentemente, autonomia editorial — opinou.

Independência

Também foi defendida a desvinculação da empresa da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, com uma possível ligação com o Ministério da Cultura, ou da Educação, e até mesmo a criação de uma fundação independente.

Na opinião de Eugênio Bucci, a ligação com a secretaria “é um monstrego”, pois ela tem, entre suas atribuições, a de zelar pela imagem do presidente do país. Isso resulta em pressões na linha editorial.

— Difícil ter uma linha independente do governo dentro dessa estrutura — salientou.

Outro ponto que precisa ser

trabalhado, disse Akemi, é a diferenciação entre o que é comunicação estatal, a divulgação das atividades dos órgãos de Estado, e a comunicação pública, garantindo pluralidade, regionalização, destaque para minorias e o direito à informação. Também deve ser alterada a forma de nomeação do diretor-presidente da empresa e dos integrantes do Conselho de Administração, todos atualmente ligados à Presidência da República.

Complementaridade

Vários conselheiros, como Roberto Franco e Davi Emerich, destacaram que a comunicação pública, a estatal e a privada não são competidoras, mas sim complementares, e que não é possível abrir mão de nenhuma delas, para não colocar a democracia brasileira em risco.

— Não é pelo desmanche da TV privada que vai se fazer uma TV pública virtuosa — disse Franco.

Bucci lembrou que a regulamentação da lei que criou a EBC (Lei 11.652/2008) nunca foi feita. Ele defendeu uma regulamentação dos sistemas de comunicação, “o que não é um esforço de censura, mas uma tentativa de proteger liberdades e criar salvaguardas”.

Conselho de Comunicação do Senado quer aproximação com Câmara dos Deputados

Os membros do Conselho de Comunicação Social reuniram-se ontem com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para propor a aproximação entre os conselheiros e os deputados.

O presidente do CCS, Miguel Cansado, apresentou a Rodrigo Maia o regimento interno do conselho e alguns documentos aprovados pelo órgão. O deputado afirmou que, apesar de não conhecer exatamente o funcionamento do colegiado, pretende melhorar os laços entre a Câmara e o órgão.

Miguel Cansado disse estar

confiante na aproximação entre a Câmara e o conselho.

— Gostei das palavras do presidente da Câmara. Ele quer nos reunir com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática daquela Casa — informou.

Dimensão

Cansado explicou que o conselho é um órgão que tem uma dimensão constitucional.

— Quando se fala em comunicação, é preciso ouvir o conselho. Podemos contribuir muito para as discussões de projetos sobre o tema nas duas Casas — disse.

Ferraço critica projeto contra abuso de autoridade

O projeto que trata do combate ao abuso de autoridade tem muitos dispositivos polêmicos, que podem ser entendidos como entraves à Justiça, à investigação criminal e ao combate à corrupção, segundo Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Para o senador, os parlamentares não devem ter pressa para analisar a proposta (PLS 280/2016) de Renan Calheiros (PMDB-AL).

— Esse projeto pode acabar representando uma intimidação às autoridades, que estão combatendo, como nunca, a corrupção, que é o pior tipo de abuso de poder.

Telmário Mota teme apagão no interior de Roraima

A decisão do Ministério de Minas e Energia, tomada na semana passada, de cancelar a concessão da Companhia Energética de Roraima (CERR) foi criticada por Telmário Mota (PDT-RR), que cobrou explicações.

— A empresa não poderá mais distribuir ou fornecer energia a 14 municípios do interior. Terá dificuldade financeira para sanear contas e se preparar para uma futura federalização. Quem vai pagar a dívida da CERR? Como vão ficar os 700 servidores da CERR, que já estão em estado de alerta, de greve?

Humildade de Ivo Pitanguy é um exemplo, diz Caiado

Ronaldo Caiado (DEM-GO) homenageou ontem, em Plenário, o cirurgião plástico Ivo Pitanguy, falecido no sábado, aos 90 anos. Ele destacou que o médico tornou-se referência internacional na área.

Caiado, que também é médico, disse que conviveu com Pitanguy em hospital no Rio de Janeiro. Segundo ele, a humildade do cirurgião fez com que ele atendesse também pessoas pobres, corrigindo diversos tipos de deformidades.

— É um exemplo a ser seguido — completou.

Colegiado vai avaliar constitucionalidade do bloqueio de aplicativos por decisão judicial

Todos os projetos em análise no Congresso que tratam do bloqueio de sites e aplicativos na internet serão avaliados pelo Conselho de Comunicação Social. Uma comissão para debater o tema foi instalada ontem pelo colegiado e deverá apresentar relatório em 12 de setembro. Composta por seis membros, a comissão foi sugerida pelo conselheiro Ronaldo Lemos, que a presidirá.

Um dos objetivos é avaliar as repercussões de bloqueios de aplicativos como o WhatsApp, determinados por decisões judiciais. Na avaliação de Lemos, o bloqueio viola tanto o

Marco Civil da Internet quanto a Constituição, e compromete a imagem do Brasil, visto que a prática é adotada por países não democráticos como Arábia Saudita, Irã e Coréia do Norte, ainda que por razões distintas.

— Se o país começa a bloquear sites, colombianos, argentinos e bolivianos, que interconectam-se na internet pelo Brasil, direcionam suas ligações pelo Panamá ou Miami. O país perde credibilidade. Esse assunto não pode ficar à mercê de decisões isoladas do Judiciário em um país como o Brasil, que conta com 16 mil juízes de primeira instância.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pescadores querem receber benefício retroativo

Entre outubro de 2015 e março de 2016, profissionais artesanais não receberam seguro-defeso. Governo suspendeu benefício para fazer recadastramento

PESCADORES ARTESANAIS QUE-REM receber retroativamente o seguro-defeso, benefício que foi suspenso em outubro de 2015 por uma portaria dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente e retomado em março por decisão de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Depois da volta do seguro-defeso, pescadores entraram na Justiça solicitando o direito de receber o benefício de forma retroativa, referente aos quatro meses em que o governo não o pagou.

A reivindicação foi feita ontem numa audiência pública organizada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). No valor de um salário mínimo mensal, o seguro-defeso é pago pelo governo federal aos pescadores durante o período de reprodução de algumas espécies de peixe, tempo em que a pesca fica proibida, para afastar o risco de extinção. O período do defeso varia conforme a região e a espécie e é fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Dificuldades

Representantes dos pescadores artesanais relataram a situação difícil em que se encontra a categoria por não ter recebido o seguro-defeso durante os quatro meses em que não puderam trabalhar. De acordo com a representante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil na audiência, Josana Serrão Pinto, muitos fizeram empréstimos. Agora estão nas mãos de agiotas e trabalham em situação de risco.



O senador Paulo Paim (3º à esq.) fala na audiência com pescadores: profissionais querem receber pelos 4 meses em que o seguro-defeso não foi pago

Os participantes do debate criticaram tanto a portaria interministerial que suspendeu o pagamento do seguro-defeso por 120 dias — a fim de recadastrar os pescadores artesanais — quanto um decreto presidencial de 2015 que estabeleceu novas regras para a inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira, excluindo pescadores artesanais que não trabalham diretamente com a captura do peixe.

— Mudaram a nossa identidade sem nos consultar e isso nós não aceitamos — disse Pinto.

Em dezembro, o Senado aprovou um decreto legislativo que, na prática, anulou a portaria interministerial, mas a Advocacia-Geral da União (AGU) acionou o STF para derrubá-lo. No mesmo mês, o ministro do Supremo Ricardo Lewandowski suspendeu em caráter liminar (decisão temporária, até o julgamento do mérito) o pagamento do benefício. Em março, o ministro Luís Roberto Barroso resta-

beleceu o decreto legislativo, mas sem determinar o pagamento retroativo do benefício.

Ministérios

Os participantes da audiência também reclamaram de uma medida provisória de 2014 que proibiu o acúmulo do seguro-defeso com outros benefícios previdenciários e assistenciais, como o Bolsa Família.

A mudança de ministérios feita pelo governo interino de Michel Temer está gerando complicações no processo, queixou-se Maria José Honorato Pacheco, do Conselho Pastoral dos Pescadores. Com o fim do Ministério da Pesca, o da Agricultura não tem conseguido administrar a atualização dos registros de atividade pesqueira, que deve ser feita todo ano.

— Nem mesmo o Ministério da Pesca tinha estrutura para poder responder esse serviço. O que dirá agora que, com a ida da Pesca para a

Agricultura, não há estrutura, não há funcionário. Estamos numa situação de desmonte do setor da pesca — disse Maria José.

Ela disse que, além de tudo isso, o Ministério da Agricultura acaba de suspender 186 mil carteiras de pescadores. Os profissionais, afirmou, deverão recorrer à Justiça.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), disse que a comissão solicitará ao Ministério do Meio Ambiente os estudos científicos que embasaram a portaria, defenderá a suspensão da portaria no Supremo Tribunal Federal, pedirá uma audiência com os ministros, atuará pela revisão do decreto presidencial e solicitará ao Ministério da Agricultura que restabeleça a estrutura de funcionários para o atendimento da emissão dos registros de atividade pesqueira. Ainda de acordo com Paim, a CDH ampliará o debate no Senado sobre os direitos dos pescadores.

Comissão da Desburocratização retoma trabalhos na sexta-feira

A comissão de juristas que busca soluções contra o excesso de burocracia no país se reúne nesta sexta-feira para discutir o anteprojeto que será apresentado até o fim do ano com a definição de regras para simplificar o acesso aos serviços públicos e a empresas que prestem serviços aos cidadãos. A última reunião ocorreu no final de junho.

Além de normas voltadas para a desburocratização, o anteprojeto deve sugerir punições em caso de descumprimento dessas regras. Para o presidente da comissão, o ministro

do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell Marques, a lei trará sanções para que as regras sejam rigorosamente cumpridas.

O objetivo da comissão é ajudar a desburocratizar a administração pública, melhorar a relação com as empresas e o trato com os cidadãos e rever o processo administrativo e judicial de execução fiscal. A comissão tem 20 integrantes, como o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que atua como relator. Os trabalhos, que se encerrariam em abril, foram prorrogados até 31 de dezembro.



Pequenos agricultores têm de se inscrever no Cadastro Ambiental Rural, criado pelo Código Florestal

Comissão vota MP que prorroga inscrição em cadastro rural

O relatório sobre a prorrogação do prazo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) deve ser votado hoje na comissão mista encarregada de analisar a Medida Provisória 724/2016. A reunião começa às 9h30.

A MP estendeu para 5 de maio de 2017 o prazo para inscrição no CAR e adesão ao PRA.

O CAR é um registro eletrônico obrigatório criado pelo Código Florestal para permitir a identificação e a regularização das propriedades rurais. Só quem

já se inscreveu no CAR pode aderir ao PRA, que é um conjunto de iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais para a preservação de suas terras.

A MP contempla os proprietários e possuidores de imóveis rurais que obedeçam à condição de pequena propriedade ou posse rural familiar (com até quatro módulos fiscais e atividades agrossilvipastoris). Também afeta as terras indígenas demarcadas e as demais áreas tituladas de povos e comunidades tradicionais que fazem uso coletivo do território.



Os ministros Mauro Campbell Marques (2º à esq.) e Dias Toffoli (2º à dir.) em reunião da comissão